

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Requerimento nº , de 2007 (Do senhor Pedro Wilson)

Solicita a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para lembrar os 10 anos do Código de Trânsito, discutir os avanços conquistado, os possíveis aperfeiçoamentos dessa legislação e o aumento da violência no trânsito.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para lembrar os 10 anos do Código de Trânsito, discutir os avanços conquistados, os possíveis aperfeiçoamentos dessa legislação e o aumento da violência no trânsito.

JUSTIFICAÇÃO:

Este ano comemora-se 10 anos de implementação do novo código de trânsito. Muitas conquistas foram alcançadas com a entrada em vigor deste importante instrumento de normatização do trânsito. No entanto, muito ainda está por fazer. O jornal “O Popular” de Goiânia, na edição de hoje, quinta-feira, 26/04, apresenta reportagem com dados alarmantes sobre a face cruel do trânsito, a altíssima mortalidade provocada por acidentes em todo o país.

Pesquisa do Ministério da Saúde mostra crescimento de 9% em relação ao ano anterior, o que diz que a legislação inaugurada há dez anos não tem surtido o efeito desejado. Entre 1990 e 2005 houve um crescimento de 72% no número de mortes em municípios com menos de 100 mil habitantes. Nestes municípios, os óbitos aumentaram de 9.998 óbitos para 17.191 no período. O levantamento mostra que as faixas etárias com maior número de vítimas são as de 20 a 39 e de 40 a 59 anos. Juntas, elas responderam por 25.375 dos 35.753 óbitos verificados nacionalmente no ano de 2005. Do total de mortes nessas faixas, 85% (cerca de 21.529 óbitos) ocorreram entre homens.

Outro dado perverso desta pesquisa é que o trânsito mata mais pardos, negros e pobres, pois o risco maior de morte é verificado entre pedestres. Mais de 10 mil mortos ou 28,9% do total foram atropelados. Entre os adolescentes, o acidente de trânsito já é a segunda principal causa de morte – a primeira é o homicídio.

Levantamento feito pela Volvo do Brasil revela que 34% dos jovens costumam dirigir mesmo sem ter habilitação e que o uso do álcool e a adrenalina são fatores que os motivam a exceder a velocidade ao volante. Santa Catarina é o Estado com o maior índice de risco de morte por acidente de trânsito, com o índice de 32,2 % está à frente de Roraima

com 30,9%, Mato Grosso do Sul com 30,8%, Mato Grosso 30,5%, Paraná 28,7% e Goiás 27,4%.

Esses dados mostram de forma eloqüente que precisamos avançar em vários aspectos. Melhorar a fiscalização do cumprimento do código de trânsito, é apenas uma face, é preciso desenvolver um ambiente de cultura de paz, onde o trânsito seja um *locus* em que as pessoas possam respeitem as regras e sejam respeitadas no uso dos espaços coletivos.

Nesse sentido faz-se necessário convidar os protagonistas responsáveis pelas políticas de governo, setores da sociedade civil organizada, juntamente com membros da Câmara dos Deputados, estabelecer um diálogo aberto sobre a vida no trânsito, um direito humano, diariamente violado, e que precisamos todos trilhar o caminho da superação deste ambiente de violência.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2007.

Deputado PEDRO WILSON